

RETRATOS FOTOJORNALÍSTICOS DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: LUAGRES DE SUJEIÇÃO E RESISTÊNCIA¹

Camila da Silva Fernandes²

Ângela Cristina Salgueiro Marques³

Resumo

Partindo das controvérsias existentes em torno do Bolsa Família, visto por alguns como ferramenta de empoderamento e por outros como reforço da submissão feminina, este trabalho buscou observar o modo como essas questões permanecem visíveis no fotojornalismo. Com base nos conceitos de enquadramento, vulnerabilidade, sujeição e resistência, discutem-se as formas de invisibilização dos sujeitos, sobretudo mulheres empobrecidas, e as possibilidades de resistência à violência dos enquadramentos, exemplificadas em seis imagens extraídas de publicações impressas.

Palavras-chave: *Enquadramento; Invisibilidade; Resistências; Bolsa Família.*

INTRODUÇÃO

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado em 2013, que beneficia famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, considerando unicamente critérios financeiros. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social, atualmente o programa tem mais de 13,9 milhões de beneficiários, a maioria na região nordeste do Brasil. Em 2016, cerca de 92% dos beneficiários eram mulheres. Isso porque o programa define que o cartão de saque do benefício deve ser feito, preferencialmente, em nome da mulher. De acordo com o Governo Federal, “ao dar preferência às mulheres como

¹ Este trabalho foi realizado com apoio do CNPq, da CAPES e da FAPEMIG.

² Graduada em Comunicação Social / Jornalismo pela UFMG. E-mail: camila.sfernandes@outlook.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFMG. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com.

titulares dos cartões de saque, o Bolsa Família colabora para conferir autonomia a essas beneficiárias”. Esse seria o início “de um caminho que contribui para superar a cultura de resignação, quebrar a dominação de gênero e reforçar a cidadania” (GOVERNO FEDERAL, 2015, p.18).

Por outro lado, uma pesquisa feita por Souza e Waltenberg (2016) demonstra que as mulheres que recebem Bolsa Família tendem a se ligar mais ao trabalho doméstico e menos ao emprego formal. Esses dados podem ser interpretados de diversas formas, mas os autores destacam uma: o programa reforçaria o papel da mulher enquanto cuidadora da família, responsável pelo lar e pela educação dos filhos. Por uma questão cultural, o efeito produzido nos homens é inverso.

Santos e Rosas (2014) argumentam que as mulheres são apontadas como as melhores executoras de programas sociais, em contextos neoliberais, que têm a família como a maior responsável pelo seu próprio bem-estar. O gesto de transferir à família – mas mais especificamente à mulher – a tarefa de ser o “pilar da sociedade”, parece ser a ideologia que sustenta que essa mulher seria a responsável por combater a pobreza geracional. Segundo as autoras, o foco na recomposição da família (e há aqui uma ideia tradicional da família conjugal, em detrimento da monoparentalidade) reorganiza um quadro de valores morais que se serve do amparo das ideologias neoliberais, para reafirmar o lugar de subalternidade das mulheres que, ao responderem às condicionalidades dos programas de transferência de renda (zelar pela saúde e educação das crianças, zelar pelo equilíbrio do lar, pelo cuidado com as crianças, adolescentes e idosos, gerir a renda e buscar formação e aperfeiçoamento para sua autonomia, por exemplo), veem cada vez mais distante a possibilidade de atuarem no mercado de trabalho e de se realizarem como sujeitos desejantes.

Essas questões geram diversos debates acerca dos efeitos do programa, seja como ferramenta de empoderamento feminino ou de reforço das estruturas tradicionais de submissão. Acreditamos que essas mulheres empobrecidas são frequentemente retratadas nos discursos da mídia impressa como destituídas de agência e estagnadas em um quadro irreversível de dependência e precariedade econômica. O jornalismo e o fotojornalismo demarcam lugares e falas a essas mulheres, assim como promovem enquadramentos pejorativos e despolitizantes. Marques (2016; 2017) demonstra que nas retratações feitas pela mídia impressa, essas questões permanecem visíveis. Parece haver uma insistência

das mídias em reforçar quadros negativos de percepção e julgamento acerca das beneficiárias do Bolsa Família, através de modelos de imagem e representações que se repetem ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, é possível identificar em algumas imagens marcas de um empoderamento e de uma resistência sutil a esses estereótipos.

Este trabalho busca entender, em um recorte específico, os enquadramentos construídos pelo fotojornalismo em seis imagens publicadas na edição impressa da *Folha de S. Paulo*, e uma imagem publicada na revista *Veja*, observando o modo como as mulheres são retratadas nas fotografias e que tipo de percepção esses enquadramentos ajudam a construir sobre elas. Foram escolhidas fotografias que ilustram matérias publicadas entre os anos de 2004 e 2017, compreendendo diferentes momentos no histórico do programa. Ao todo, foram coletadas 11 imagens publicadas na revista *Veja* e 39 publicadas na *Folha de S. Paulo*. O critério de escolha das imagens a serem aqui analisadas foi sua possibilidade de expressar cenas e gestos que, através dos corpos e rostos femininos, nos oferecendo pistas acerca do assujeitamento ou empoderamento das mulheres fotografadas. A análise das imagens é realizada a partir dos conceitos de enquadramento, vulnerabilidade, sujeição e resistência, observando o modo como eles se relacionam entre si e com as fotografias.

ENQUADRAMENTOS: ENTRE VISIBILIDADE E REAFIRMAÇÃO DE DESIGUALDADES

O conceito de enquadramento é partilhado e estudado em diferentes áreas do conhecimento. De acordo com Mendonça e Simões (2012, p. 188), o termo enquadramento teria surgido em 1954, em um trabalho apresentado pelo psicólogo Gregory Bateson, explicando “como as interações ancoram-se em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos”. Para Bateson, os enquadramentos seriam quadros de sentido compartilhados entre indivíduos, informações implícitas que permitiriam a comunicação fluida. Os autores discutem o conceito de enquadramento partindo de suas origens até as apropriações atuais que têm sido feitas em diferentes áreas de investigação. Dentre essas, identificam duas linhas pertinentes ao conceito original, uma focando na questão das interações sociais e a outra na análise dos quadros construídos por discursos, em especial o discurso midiático.

Tendemos a pensar que o simples fato de exibir uma imagem no jornal faz com que a personagem daquela figura ganhe visibilidade. A mídia seria, então, uma forma de dar

voz aos sujeitos, de corporificá-los e deixá-los aparecer. No entanto, o que os estudos sobre discurso midiático demonstram é que esse “aparecer” nem sempre significa ter voz. Para tudo aquilo que é mostrado existe sempre algo que fica fora do quadro. Os relatos da mídia se constituem por uma série de sobreposições de escolhas que constroem narrativas da realidade, discursos que “estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. [...] O próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193).

No fotojornalismo, a questão do enquadramento se torna clara, já que se trata literalmente de um “quadro” da realidade. Muito mais que o texto jornalístico, a imagem tem o poder de nos colocar em contato com o outro. Contudo, esse contato pode se dar de duas maneiras: pela representação estereotipada que reduz o outro ao “mesmo” e o classifica de acordo com critérios pré-definidos; e pelo estranhamento permitido pela figuração da alteridade. De acordo com Marques (2018), a representação explicativa opta pela ênfase ao mecanismo de identificação, apagando a distância entre narrativa e espectadores por meio do uso de convenções de fácil leitura. Já a figuração tende a permitir que a subjetivação política das personagens produza desencaixes no dispositivo narrativo de organização de sua própria história, organizada convencionalmente nas fotografias jornalísticas. Quando isso acontece, produz-se um hiato entre imagem e leitor, permitindo um encontro com a alteridade radical (não redução do outro ao mesmo) dentro de uma temporalidade estendida: o outro não é entregue por uma fórmula, mas me inquieta e desafia minha compreensão, dando lugar à contemplação, ao estranhamento, ao espanto. Sabemos que grande parte das imagens coletadas na pesquisa produzem mais enquadramentos representativos do que figurações. Entretanto, a possibilidade de emergência de uma figuração existe e vamos mostrá-la na análise específica de uma fotografia publicada na revista *Veja*, em 2017.

É preciso lembrar que assim como o texto jornalístico a fotografia não está isenta da subjetividade do fotógrafo, da linha editorial do jornal e de todas as outras condicionalidades inerentes ao fazer jornalístico que direcionam o modo como a notícia será dada. De acordo com Tavares e Vaz (2005, p.133), as fotografias são “[...] narrativas dotadas de uma mensagem específica e intencionada”. Não se trata apenas de um complemento ou ilustração da notícia, mas, enquanto forma de narrativa, a fotografia é

também notícia. O fotojornalista “institui uma cena do acontecimento, isolando um fragmento da experiência (no espaço e no tempo), separando-o de seu contexto, permitindo sua conservação e seu transporte.” Nesse sentido, realiza, na formatação visual da informação, um enquadramento (TAVARES; VAZ, 2005, p. 132). O fotojornalismo nos fornece quadros da realidade, dizendo não só sobre aquele frame que é mostrado na imagem, mas sobre o recorte que foi feito para chegar até ele, sobre o que ele diz e o que não diz. Podemos entender que o fotojornalismo é capaz de criar e reforçar estereótipos, muito mais do que ajudar a quebrá-los. Isso porque, ao enquadrar, o fotojornalismo reduz o indivíduo ao quadro. Nesse sentido, o enquadramento é uma operação de poder.

Como afirma Marques (2018, p. 80), no caso da representação das mulheres do Bolsa Família, “[...] os meios de comunicação definem papéis a serem assumidos pelas beneficiárias, estabelecendo para elas lugares de fala já marcados pela desvalorização e pelo preconceito”. Esses papéis, na maioria das vezes, estão ligados à submissão feminina a figuras masculinas (o pai, os irmãos, o marido e, não raro, os atores políticos), à maternidade e à pobreza. A imagem a seguir (Figura 1) ilustra o enquadramento que define a elaboração de uma imagem já construída acerca de quem é a mulher beneficiária do Bolsa família: um estereótipo que deriva de uma mistura entre a imagem conhecida de alguém que necessita de um benefício social e o imaginário sobre a mulher submissa na sociedade patriarcal, que em muitas representações perde seu papel de mulher para ser reduzida apenas a esposa-mãe. Ao serem enquadradas pelo fotojornalismo, essas mulheres estão sujeitas às construções já enraizadas na sociedade, que falam por elas enquanto impedem que elas digam algo além do que já se sabe pelos estereótipos.



Figura 1. Data: 28/11/2004 — Folha de S. Paulo / Título: Estudo propõe universalizar Bolsa-Família /
Legenda: Técnicos do Bolsa-Família visitam beneficiária do programa em São Francisco do Itabapoana (RJ)
/Foto: Alexandre Campbell, 21/09/2004.

De acordo com Butler (2011), há uma violência no enquadramento, e há uma forma de apagamento que é feita pela própria representação. Se a imagem que nos é mostrada não é ela mesma a fala do sujeito que por ela é representado, mas sim um recorte e uma construção desse sujeito, a imagem é um enquadramento que exerce poder sobre aquele sujeito. Além disso, os enquadramentos produzidos pelo fotojornalismo para mulheres que recebem o benefício tendem a desconsiderar que a vulnerabilidade que atravessa a trajetória delas não pode ser entendida como condição inata ou essencial, mas sim como resultado contingencial de experiências que mudam e se transformam dependendo das relações, das interações e das redes de contato e solidariedade que essas mulheres tecem em seu cotidiano. As vulnerabilidades são alteradas (aumentam, diminuem, desaparecem) dependendo de como certas redes de apoio e amparo se articulam em torno delas – e de como elas também articulam redes e nelas se posicionam – de modo a permitir sua agência, e a definição de alternativas de escolha.

ANÁLISE DAS IMAGENS SELECIONADAS

Com o objetivo de estudar como padrões de percepção e julgamento dos sujeitos empobrecidos, especificamente de mulheres, se transformam ou são reafirmados em enquadramentos produzidos por veículos midiáticos a partir do fotojornalismo, foram selecionadas seis fotos que ilustram matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* e uma da revista *Veja*, sendo a primeira de 2004 e a última de 2017. As fotos foram organizadas em ordem cronológica, o que permite observar melhor as possíveis mudanças no discurso no decorrer do tempo.

A imagem a seguir (Figura 2) é de 2006, quando o programa já tinha 3 anos de existência, e faz parte de uma matéria que enfatiza a falta de infraestrutura básica para sobrevivência no nordeste brasileiro. A reportagem é composta por uma série de quadros sobre beneficiários em diferentes cidades, destacando em todos os textos as condições de precariedade, com grande ênfase para as palavras “miséria” e “miseráveis”, que se repetem incansavelmente nos textos.

As descrições nos quadros enfatizam tanto as dificuldades encontradas por quem quer melhorar de vida e não encontra saída, quando o descumprimento das condicionalidades do programa pelos beneficiários. Implicitamente, o texto parece

responsabilizar as famílias por sua condição de precariedade, já que ao invés de manterem as crianças na escola e investirem no futuro dos filhos, os beneficiários parecem incapazes de sair da condição de dependência, aumentando cada vez mais o número de integrantes da família e criando um ciclo interminável. Isso fica claro em trechos como “Mas gerou com a mulher Maria Lúcia, 32 descendentes” e “Núcleos com menos de cinco filhos são raríssimos. Adolescentes de 14 anos grávidas ou já mães, nem tanto”.



Figura 2. Data: 11/06/2006 — Folha de São Paulo / Título: Gastos subsidiados e programas sociais ameaçam lado fiscal / Legenda: Edson Paixão de Jesus, 15 e a mãe, Priscila de Jesus, 47. Moradora de Rajada (PE), Priscila recebe desde dezembro R\$ 95,00 do Bolsa-Família para manter os três filhos na escola. Antes, eram R\$ 15,00, a cada dois meses, do Auxílio-Gás. A família tem uma roça para sobreviver e faz bicos, quando há trabalho. Este ano, colheu só duas sacas de feijão. “O dinheiro do bolsa vai para comida e remédios.” Foto: Leonardo Wen.

No entanto, a foto de destaque da matéria parece querer dizer outra coisa. A imagem mostra a mãe, Priscila de Jesus, e o filho Edson, de 15 anos. A mãe na cozinha e o filho com o uniforme da escola e o caderno a sua frente parecem reafirmar que os beneficiários estão cumprindo sua parte do acordo, são dignos do benefício que recebem, afinal, o filho estuda e a mãe cuida do lar. O adolescente encara a câmera sem medo, como quem não tem do que se envergonhar. Ele cumpre sua parte e o fato de não conseguir melhorar de vida definitivamente não é culpa dele ou da mãe. Priscila, no entanto, não demonstra a mesma postura. O posicionamento da mãe atrás do filho, com a cabeça voltada para ele, e o olhar que é ao mesmo tempo de desconfiança e desconforto, parecem nos mostrar um sentimento de culpa, de quem faz tudo o que pode mas não consegue garantir aos filhos nada além de comida e remédios, como afirma a legenda da foto.

Segundo Georges e Santos (2016), a mulher assume responsabilidade exclusiva por sua família ficando longe do mercado de trabalho e submissa aos cuidados domésticos. A

figura feminina, quando fixada na identidade social de mãe, demonstra ainda mais o quanto sua existência socialmente aceitável, assim como seu valor moral, se ancoram no trabalho do cuidado e na responsabilidade pela geração e manutenção da prole. Ainda assim, sabemos que vulnerabilidade e resistência não andam apartadas. As teias de relações que unem essas mulheres são movidas por lógicas que se movem dentro de economias morais, racionalidades biopolíticas e resistências específicas.

A escolha do texto que acompanha a imagem pode ser uma forma de adequar o recorte da fotografia à interpretação que o jornal quer que ela receba. Segundo Lima, a legenda é parte integrante de uma foto. Ela pode “tanto endossar o que se passa na imagem quanto modificar inteiramente o que se vê na fotografia” (Lima, 1998, apud Tavares e Vaz, 2005, p.133). Como reforço do enquadramento, porém, ela não impede que outros aspectos da imagem falem coisas distintas.

A imagem a seguir (Figura 3) faz parte da mesma reportagem, do dia 11 de junho de 2006. Ao contrário das duas anteriores, ela não traz a mulher dentro de casa — Maria Zilma, de 52 anos, é retratada em seu ambiente de trabalho, uma locadora improvisada com DVDs piratas montada pelos filhos. A precariedade aqui é ressaltada tanto nas condições do lugar, com as paredes de barro, quanto no rosto da mulher, com as marcas do cansaço e sofrimento e uma expressão desalentadora, de quem não consegue ver nenhuma perspectiva de melhora.

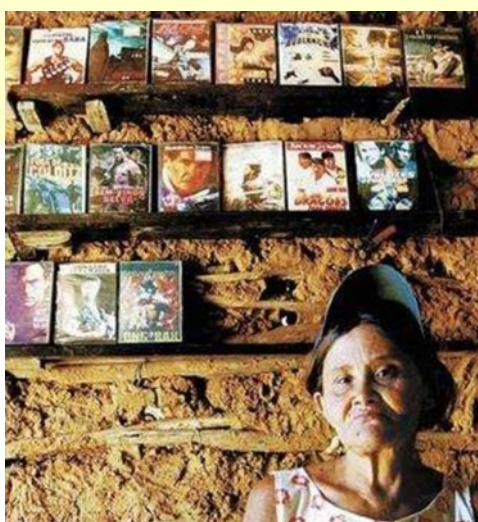


Figura 3. Data: 11/06/2006 – Folha de São Paulo / Título: Gastos subsidiados e programas sociais ameaçam lado fiscal / Legenda: Maria Zilma Gonçalves, 52. Com seus sete filhos, mora em casa de pau-a-pique em Lagoa do Salitre (BA) e recebe R\$50,00 do Bolsa-Família. Hoje, é a principal renda fixa da família. O marido sofre de depressão e fica isolado desde que o filho mais velho foi assassinado em São Paulo. Os outros filhos montaram uma “locadora” com 30 títulos de DVDs piratas e alugam por hora um equipamento

velho de videogame para outros jovens. “Sou igual a um bebê. Não sei fazer nada, só filho”. Foto: Leonardo Wen.

A legenda da foto ressalta todas as dificuldades que o rosto da mulher indica. Apesar de trazê-la no que seria seu ambiente de trabalho, não é esse aspecto que o texto ressalta, e isso fica claro na confissão da mulher trazida na última linha do quadro: “Sou igual a um bebê. Não sei fazer nada, só filho”. Essa imagem é a representação de um sofrimento, de uma impotência que coloca a beneficiária como alguém digna de compaixão, alguém incapaz de se emancipar e muito menos de exercer o que seria seu papel principal como beneficiária do programa — cuidar da casa e dos filhos.

Essa foto, apesar de ter a questão da dependência da mulher como ponto central ressaltado pela legenda, nos diz algo diferente. Ela fala de uma luta contraditória da mulher que aparece retratada. Não há aqui, como muito se prega, a satisfação e tranquilidade em depender do auxílio. Essa foto nos demonstra o desalento da mulher que quer se emancipar, mas se vê incapaz de agir. Se em algumas fotos do programa são mostradas mulheres que o usam como complemento de renda para o que conseguem do trabalho, atividade que dignifica, aqui temos uma mulher que nos é implicitamente mostrada como indigna, frágil, sofredora, e que assume sua incapacidade.

A quarta e a quinta imagens, a seguir, apresentam uma categoria que se mostra muito comum nas matérias publicadas alguns anos após a implantação do Bolsa Família — a mulher que se dissolve entre as crianças, sejam filhos ou netos. Colocadas lado a lado no jornal, as duas imagens a seguir ilustram a matéria “Efeitos do Bolsa Família após dez anos são desiguais”. O texto não é só uma comparação entre as duas famílias, ele coloca aqueles que fazem bom uso do programa em contraposição àqueles que não aproveitam o benefício da “forma correta”. É uma comparação entre dignos e indignos.

Santos (2017) destaca que o tipo de moralidade definida para essa avaliação dos modos de vida e das trajetórias de mulheres beneficiadas afirma a configuração de um dispositivo da “gestão da pobreza” que localiza mulheres pobres como mediadoras na efetivação dessas políticas (GEORGES; SANTOS, 2016). Dito de outro modo, não haveria uma real preocupação ou compromisso com a construção autonômica dessas mulheres, mas principalmente a transferência de uma responsabilidade que seria do Estado, configurando “uma mera administração do social a partir de uma visão dos privilegiados”. Se a responsabilidade é delas, elas passam a ser julgadas e avaliadas por seu cumprimento ou não desses códigos morais.



Figuras 4 e 5. Data: 20/10/2013 – Folha de São Paulo / Título: Efeitos do Bolsa Família após dez anos são desiguais / Legenda: Foto 4 – Minicéia Santos Silva com os filhos Luan e Isaque; os dois outros, Alan e Vanessa, mais o marido, Pedro, se sustentam com aposentadorias e recursos pagos pelo Bolsa Família. Foto – Sueli Dumont com alguns de seus netos; em oito anos, sua família de 10 pessoas passou a contar com 17, já que quatro de suas filhas ficaram grávidas durante a adolescência. Fotos: André Felipe/FolhaPress.

Apesar da comparação que a matéria pretende fazer, olhando para as duas fotos não se vê grandes diferenças. A mãe cercada pelos filhos (ou netos, no caso da imagem à direita) fica no lugar de cuidadora, responsável pelo lar. A situação de pobreza é igualmente evidenciada no plano de fundo das imagens, assim como pela condição das crianças, descalças ou sem roupa, e pela falta de sinais de vaidade nas mulheres. No entanto, o texto nos traz essa comparação entre a família correta e a família errada. Ele nos diz quem devemos apoiar e quem devemos criticar, como se as condições permitissem qualquer comparação. Acima das fotos vemos os subtítulos “Família Silva vai bem” e “Família Dumont vai mal”, justificados no texto pelo fato de que a primeira família mantém todas as crianças na escola, enquanto na segunda as filhas adolescentes deixaram os estudos ao engravidar e se tornaram mães beneficiárias do programa.

Os distintos discursos sobre pobreza e empobrecimento caracterizam as mulheres como mães, esposas, cuidadoras, esteios essenciais na manutenção da vida em família. Vínculos familiares tidos como “desviantes” (mães solteiras, casais homoafetivos, divórcio, ausência de contrato matrimonial, etc.) são apontados como casos sem legitimidade para obtenção de apoio junto a políticas públicas, uma vez que estas privilegiam, reiteram e valorizam as normatividades. Assim, uma forma técnica de racionalidade governamental na gestão coletiva das mulheres e mães empobrecidas

consiste em afirmar sua função de reconstituir e manter o equilíbrio do lar e sua estrutura predominantemente patriarcal (SANTOS, 2017; MATOS; PARADIS, 2014).

Não sabemos, de fato, o que cada uma dessas mulheres queria dizer. Sabemos o que o jornal diz, e podemos inferir o que o fotógrafo quis construir com o quadro capturado. No entanto, pequenas expressões, contradições e olhares são capazes de denunciar uma fuga desse enquadramento tão rígido e, citando novamente Judith Butler, violento. Butler nos diz que os enquadramentos são operações de poder, no sentido em que são capazes de sujeitar os indivíduos, criar sujeitos. A concepção de poder adotada e continuada pela autora vem de Foucault (1980), que afirma que o poder está nas relações, é um “modo de ação sobre outras ações”, pressupõe interação e movimento. Para o autor, ao invés de se situar em determinadas instituições, o poder permearia toda a sociedade, em seus mais diversos aspectos, e nenhuma relação estaria livre dele. Se não existem, então, poderes específicos, mas sim relações de poder, o autor irá tratar sobre aspectos que ele denomina como “mecanismos de poder”, situações e estratégias sutis, que teriam como objetivo alcançar a sujeição dos indivíduos, em relações que “fabricam sujeitos” (AYUB, 2015 p. 26).

O poder definido por Foucault (2014) possui possibilidades de ação. É um poder que pressupõe a existência de resistência, a mobilidade das relações. Caso contrário, trata-se de uma relação de dominação — essa sim, repleta de violência. De acordo com Ayub, o poder “não deve ser entendido como um jogo de soma zero, onde a ação de um indivíduo sobre outro anula suas potencialidades de ação, mas como possibilidade de agir sobre o comportamento de um indivíduo dando-lhe certa direção” (AYUB, 2015, p.32). Seguindo a mesma lógica, Allen (2015) fala sobre as possibilidades de um sujeito se emancipar, buscar sua autonomia, afirmando então que, nas definições de Foucault, emancipação “refere-se especificamente à transformação do estado de dominação em um campo móvel, reversível e instável de relações de poder dentro do qual a liberdade pode ser praticada” (ALLEN, 2015, p. 120). Emancipar, seria então “capacitar um sujeito que foi constituído por relações de poder a se engajar em práticas de liberdade, autotransformação e experimentação dentro de um campo discursivo e social instável e reversível” (ALLEN, 2015, p. 121).

No caso do enquadramento fotográfico, essa emancipação pressupõe a existência de resistência ao quadro. Um tipo de resistência sutil, que se enquadra na definição de Foucault segundo a qual a resistência não se trata de uma força na sociedade “pela qual surgiriam as revoltas e rebeliões, mas estratégias locais [...] destinadas a alterar ou transformar as relações de dominação, cujo sucesso depende de uma série de táticas e da própria articulação dessas estratégias a um nível global” (AYUB, 2015, p.41). Vemos essas resistências nas imagens que contradizem o texto, no olhar que escapa da câmera e se direciona para fora do quadro.

A última foto aqui analisada (Figura 6) pode ser percebida como um exemplo dessa resistência através da figuração. O texto nos diz que Francisca, a mulher retratada na imagem, é uma mulher desempregada, que depende do Bolsa Família. O discurso não difere do que acompanhava as imagens anteriores, no entanto, há algo na estética da fotografia que a faz diferente. O preto e branco e o movimento presente na foto dão uma composição artística à imagem. Há certa beleza na foto. O ambiente é novamente a casa, mas não é a cozinha. Apesar de ser possível ver o armário da cozinha ao fundo, notamos que há um muro separando os dois ambientes. A presença da criança na foto também difere das demais — ele está lá, mas a mãe não está com ele na foto, são dois elementos separados. Ele não olha para ela e vice-versa. Pelo modo como a criança se movimenta na foto, podemos entender que o fato de ele estar ali foi mera casualidade.



Figura 6. Data: 22/02/2017 — Revista Veja / Título: O número de pobres volta a aumentar no Brasil /
Legenda: Sem emprego. A cozinheira Francisca da Silva, de Fortaleza, perdeu o trabalho há um ano e conta com o Bolsa Família. Foto de Leo Caldas.

Apesar de olhar para fora do quadro, podemos ver o rosto da mulher, e sua expressão não é de submissão. Pelo contrário, a cabeça erguida e o olhar que desvia do

fotógrafo parecem mais uma expressão de vaidade, também representada pelo batom, os cabelos soltos e os brincos. São esses elementos da mulher e o sorriso da criança que fazem com que a imagem nos traga a sensação de orgulho, de alguém que não tem do que se envergonhar e, acima de tudo, que se recusa a ser presa em um quadro de sujeição. A foto não nega que a pessoa retratada é mulher, mãe e pobre, assim como as demais. O que ela nega é a imagem que se tem dessas mulheres. Nega, de certa forma, a relação de dominação que um quadro é capaz de impor a elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moldura que enquadra um indivíduo, nos casos aqui analisados, mulheres, é um recorte do real. Como um recorte, que não representa a totalidade mas tem a intenção de totalizar, ela torna as mulheres sujeitas a determinado discurso. Conseqüentemente, a violência do enquadramento generalizador e que reproduz esses discursos pré-construídos se configura como uma relação de dominação, na medida em que torna quase impossível qualquer tipo de resistência dos sujeitos enquadrados.

O enquadramento jornalístico regula o espaço onde os indivíduos podem “aparecer”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que dá visibilidade, ele invisibiliza. Há uma imagem construída sobre quem são as beneficiárias do Bolsa Família, assim como há um quadro de sentido compartilhado acerca das características que se espera encontrar nelas como mulheres, mães e pobres. Mesmo com as diferenças encontradas no decorrer dos 15 anos de existência do programa, a essencialidade das representações permanece quase inalterada. Nos dois veículos de onde as imagens foram extraídas, Folha de S. Paulo e Revista Veja, pouco se vê sobre tentativas de falar ou demonstrar emancipação e empoderamento. A maioria dos textos prefere enfatizar condições de miséria ou dependência, o que não necessariamente quer dizer que esse seja o panorama real do programa. No entanto, não é possível negar que a resistência existe.

Resistir à moldura é uma forma de resistir ao discurso. Como afirma a definição de Foucault, esses atos de rebeldia podem ser minúsculos, quase imperceptíveis, mas são significativos a partir do momento em que existem. Nesse caso, pode-se entender o ato de resistir como ir contra aquilo que se espera, contradizer o texto através de um gesto ou de uma expressão, se destoar do quadro de alguma forma, a exemplo do que acontece com mais força na última imagem. Mesmo que o gesto destoante não tenha sido consciente ou

proposital, o que faz dele um elemento de poder contra a dominação é a interpretação que ele provoca no leitor/observador. Para Lévinas (apud BUTLER, 2011), a essência do humano é algo que não pode ser representado, algo que se perde quando a representação de fato acontece. Nesse sentido, a efetivação da imagem como elemento político, para os autores, se daria justamente na falha em capturar. A resistência pode ser, na verdade, uma falha na tentativa de enquadrar — ainda assim, não perde sua importância, pois continua a ser uma quebra do discurso generalizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Amy. Emancipação sem utopia. **Novos Estudos Cebrap**, n.103, 2015, p.115-132.

BUTLER, Judith. “Vida precária”. **Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar**, n.1, 2011, p.13-33.

FONSECA, Claudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Ditos e escritos**, v.9: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014 (1982), p.118-140.

GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia dos. **As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

MARQUES, Angela; MARTINO, Luis Mauro Sá. “Políticas nas imagens, imagens políticas: uma ética no olhar”. In: **Mídia, ética e esfera pública**. Belo Horizonte, PPGCOM-UFMG, 2016, p.232-245.

_____. “A política das imagens e a pobreza. Mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013”. **Sur le Journalism**, v. 6, p. 38-55, 2017.

_____. “O rosto na imagem, a imagem sem rosto: pobreza e precariedade no âmbito de fotografias jornalísticas sobre o programa Bolsa-Família”. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 5, p.77-91, 2018.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse G. “Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro”. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 57-118, 2014.

GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. **Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada**, 2015. 502 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 31 Ago. 2018.

RAGO, Margareth. “Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas”. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio. (Orgs.) **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?**, São Paulo: Intermeios, 2017, pp.363-374.

SÁ-CARVALHO, Carolina; LISSOVSKY, Mauricio. “Fotografia e representação do sofrimento”. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais...**, Santos, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1362-1.pdf>>. Acesso em: 31 Ago. 2018.

SANTOS, Yumi Garcia dos; ROSAS, Rocío Enríquez. “Assistência e família na América Latina: vínculos sociais, intimidade e gênero”. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n.152, p. 264-269, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. “O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil”. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, 2007.

SIMÕES, Paula Guimarães; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. “Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-235, jun. 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>>. Acesso em: 31 Ago. 2018.

SOUZA, Luana Passos de; WALTENBEG, Fábio Domingues. “Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação?”. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 3, p.517-539, 31 dez. 2016. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20947/s0102-30982016c0004>>. Acesso em: 26 Out. 2018.

TAVARES, Frederico de M. Brandão; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. “Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão”. **Revista Famecos**, v. 12, n. 27, p.125-138, 13 abr. 2008. EDIPUCRS. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2005.27.3329>>. Acesso em: 26 Out. 2018.